

Defensoria Pública de Minas Gerais divulga levantamento inédito sobre reversão de penas nas instâncias superiores

PÁGINA 2

Poder Público pede imediata condenação da Vale ao ressarcimento do Estado e pagamento de danos morais e sociais por rompimento da barragem em Brumadinho

O Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, o Ministério Público de Minas Gerais, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União e a Advocacia Geral da União protocolaram, no dia 25 de agosto, petição conjunta no juízo da 2ª Vara Estadual de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte.

O documento contém pedido de imediata condenação parcial da Vale S/A a indenizar o Estado por perdas econômicas e por danos morais coletivos e

sociais em razão do rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IV_A da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, desastre que ocasionou a morte de 270 pessoas em janeiro de 2019.

Estudo elaborado pela Fundação João Pinheiro calcula perdas econômicas por parte do Estado no valor de R\$ 26 bilhões, em razão da tragédia. Esse foi o montante para o qual foi pedido o imediato bloqueio de valores da Vale S/A.

[Leia a matéria na íntegra](#)

DPMG mineira abre inscrições para o 'Mutirão Direito a Ter Pai 2020'

Interessados devem se inscrever de 1º a 30 de setembro nos canais digitais das 33 unidades participantes. Formato da iniciativa extrajudicial foi adaptado para evitar risco de contágio pela Covid-19.



A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) já está com os canais digitais ativados para receber as inscrições de quem quiser participar do “Mutirão Direito a Ter Pai 2020”. Esta será a 8ª edição estadual do mutirão de reconhecimento de paternidade/maternidade, promovido anualmente pela Instituição. A iniciativa extrajudicial será realizada durante o mês de outubro, em Belo Horizonte e em mais 32 unidades da DPMG no interior do estado.

Todo o serviço é gratuito e contempla exames de DNA e reconhecimento espontâneo de paternidade. O formato do evento foi adequado para ser realizado com todos os cuidados sanitários de prevenção à Covid-19.

[Leia a matéria na íntegra](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque PÁGINA 2
- > Na mídia PÁGINAS 2, 3 e 4
- > Inspirando novas atitudes PÁGINA 3
- > Escola Superior PÁGINAS 3 e 4
- > Procedimentos internos PÁGINA 5

Funcionamento da DPMG até 11/9/2020

[Saiba mais](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria mineira obtém êxito em ação que proíbe banco de oferecer empréstimos por telefone a aposentados

O Banco Pan está proibido de fornecer qualquer tipo de empréstimo para seus clientes aposentados, por meio de crédito em conta, sem a inequívoca concordância dos clientes. A decisão, da 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é resultado do agravo de instrumento interposto pela instituição financeira em ação coletiva de consumo apresentada pela Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Defensoria Especializada do Consumidor, e pelo Instituto Defesa Coletiva.

Na ação coletiva, a Defensoria Pública e o Instituto sustentam que o banco não agia de forma transparente na oferta de determinadas operações de crédito por telefone. A ação tem relatos de que o banco, por ligação telefônica, oferecia o limite disponível para compras no cartão de crédito para os aposentados e pensionistas como se fosse

um empréstimo comum e vantajoso, creditando na conta corrente ou na poupança dos clientes o montante em dinheiro. O serviço era chamado de “Telesaque”. As reclamações são de que a maioria dos aposentados e pensionistas aceitavam o telesaque “sem a mínima ideia da operação de crédito que estavam celebrando, e muitos sequer contrataram o tal cartão de crédito consignado”.

Há também casos em que aposentados receberam ligação do banco, recusaram a oferta, mas ainda assim a instituição financeira disponibilizou quantias na conta bancária e encaminhou faturas de cobranças relativas ao cartão que sequer fora desbloqueado. Por fim, era feita ainda a disponibilização de recursos sem autorização e, depois, a pensão ou aposentadoria tinha o desconto do “empréstimo”.

[Leia a matéria na íntegra e acesse a decisão](#)

TJMG julga procedente Ação Direta de Inconstitucionalidade da DPMG e suspende cobrança de taxas municipais em Sabará

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 1.0000.18.052074-4/000 proposta pelo defensor público-geral do Estado de Minas Gerais, em face de dispositivos do Código Tributário do município de Sabará.

Desta forma, foi confirmada a medida liminar, deferida no dia 9 de abril de 2019, que suspendeu a cobrança da “Taxa de Limpeza Pública”, da “Taxa de Conservação de Vias e Logradouros”, “Taxa de Expediente” e da “Taxa de Protocolo”, todas previstas na referida legislação.

Foi confirmada ainda que a legitimação do defensor público-geral para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade é universal, ou seja, dispensada a demonstração de pertinência temática.

“Em apenas dez Estados as Defensorias Públicas possuem legitimação para o controle concentrado de constitu-

cionalidade, e o reconhecimento expresso da legitimação universal em Minas Gerais é pioneiro no país”, ressaltou o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares.

Na elaboração da petição inicial, a Defensoria Pública-Geral contou com a auxílio da DPMG na comarca de Janaúba, por meio do defensor público Gustavo Dayrell.

[Para acessar o acórdão, clique aqui](#)

NA MÍDIA

TJMG julga procedente Ação Direta de Inconstitucionalidade da DPMG e suspende cobrança de taxas

[Folha de Sabará](#)



NA MÍDIA

TV INTEGRAÇÃO

Defensor público fala sobre inscrições para o Mutirão Direito a Ter Pai da DPMG

[Veja aqui \(26/08\)](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública mineira participa do III Encontro de Defensores Públicos e Defensoras Públicas da Infância Bahia

A coordenadora da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível (DEINJ-Cível), defensora pública de Minas Gerais Daniele Bellettato Nesrala, participou como palestrante do III Encontro de Defensores Públicos e Defensoras Públicas da Infância Bahia.

O evento começou na quinta-feira (27/8) e reúne de forma virtual, por meio de uma série de palestras, defensores e defensoras da Bahia e de todo o Brasil que atuam nessa área. O encontro, que chega à sua terceira edição e este ano tem como tema “Os defensores e as defenso-

ras e seus desafios”, é promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia (Esdep), em parceria com a Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente daquela instituição.

“Técnicas de governança e os desafios para o defensor público efetivar” foi o tema abordado pela defensora pública Danielle Bellettato. A moderação ficou a cargo do conselheiro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Salvador (CMDCA), Renildo Barbosa.

O evento seguiu até a sexta-feira, dia 28.

Webinário com participação do Nudem-BH debate 14 anos de Lei Maria da Penha e atuação da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulher

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) e a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Minas Gerais realizaram, nos dias 27 e 28 de agosto, seminário online com a temática “14 anos do cumprimento da Lei Maria da Penha e a atuação da Rede de Minas Gerais”. O evento acontece entre 9h e 12h, e terá mesas de discussões e atrações culturais.

A Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Minas Gerais é formada por diversas instituições, entre elas a Defensoria Pública Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência (Nudem), da Defensoria Pública de Minas Gerais. O Nudem tem atuação em Belo Horizonte e em mais seis comarcas do interior de Minas Gerais: Araguari, Contagem, Itaju-

bá, Juiz de Fora e Montes Claros e Varginha.

A abertura foi mediada pela defensora pública de Minas, Samantha Vilarinho Mello Alves, titular do Nudem/BH, seguido de apresentações culturais e mesas de debates.

O webinário foi transmitido ao vivo no canal oficial da Sedese no YouTube (youtube.com/SedeseMGOficial) e no Portal SER-DH.

NA MÍDIA

Defensora pública fala sobre violência contra a mulher no Programa Brasil das Geraís

[Veja aqui \(27/08\)](#)



ESCOLA SUPERIOR

Live da Esdep MG fala sobre aleitamento materno



Durante a live da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep MG) dessa semana, a defensora pública Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes e a assistente social Pollyanna Rocha Fernandes falaram sobre aleitamento materno.

- A série de lives organizada pela Defensoria Pública mineira debate, entre outros, temas relacionados aos direitos humanos, acesso à justiça e cidadania, e conta com a presença de defensores públicos e convidados.

>> A transmissão acontece às quintas-feiras, pelo Instagram [@defensoriamineira](https://www.instagram.com/defensoriamineira), onde o link fica disponível.

ESCOLA SUPERIOR

Defensoria Pública de Minas Gerais divulga levantamento inédito sobre reversão de penas nas instâncias superiores

Dados foram apresentados e analisados na 6ª edição do 'Diálogos com as Desits', evento virtual promovido pela Escola Superior da DPMG

Estudo inédito feito pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) revela que a atuação das defensoras e defensores públicos da Instituição em Tribunais Superiores é capaz de reparar lacunas ao longo de processos e restabelecer a justiça em favor de pessoas das camadas mais humildes da população mineira.

O documento, intitulado "A Defensoria Pública de Minas Gerais e o Supremo Tribunal Federal – Um estudo sobre os *habeas corpus* e recursos ordinários em *habeas corpus* apresentados pela Defensoria Pública de Minas Gerais ao Supremo Tribunal desde a inauguração do escritório de representação em Brasília/DF, em agosto de 2017", traz em suas 51 páginas um diagnóstico da atuação da DPMG na Corte Suprema do país.

O estudo, assinado pelos defensores públicos Flávio Aurélio Wandek Filho e Adriana Patrícia Campos Pereira, em atuação no Núcleo de Atuação Junto aos Tribunais Superiores em Brasília, foi apresentado na sexta-feira (28/8) na série "Diálogos com as Desits", evento virtual com a participação de defensoras e defensores públicos de Minas Gerais, promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais.

Durante o encontro virtual, defensoras e defensores públicos conversaram também sobre o tema "HC – Observações necessárias a ampliar as possibilidades de concessão".

[Leia matéria na íntegra](#)

>> Na próxima sexta-feira (4/9), a partir de 14 horas, a sétima evento virtual da série *Diálogos com as Desits* abordará o tema "Direito Bancário na Jurisprudência".



Os "Diálogos com as Desits" são encontros semanais, num total de 14, com a participação de defensoras e defensores públicos em atuação na Segunda Instância e Tribunais Superiores intercalando temas da Cível e Criminal, se estendendo até o dia 23 de outubro.



NA MÍDIA

MG: Defensoria divulga levantamento sobre reversão de penas nas instâncias superiores

[Portal do CNJ](#)

Defensoria Pública constata que prisão após 2ª instância é mais injusta

[Portal Além do Fato](#)

Maioria dos *habeas corpus* para vulneráveis envolve furto de comida e higiene, diz estudo

[Folha de S. Paulo](#)

28% dos HCs da Defensoria de Minas Gerais no STF são concedidos

[Conjur](#)

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS INTERNOS



ESDEP INFORMA

Defensoras e defensores sorteados para o I Congresso Virtual Mineiro de Direito das Famílias e Sucessões do IBDFAM

A Esdep informa os nomes das defensoras e defensores públicos que foram contemplados no sorteio de 15 vagas para participação no I Congresso Virtual Mineiro de Direito das Famílias e Sucessões do IBDFAM

Sorteados: Alessandra Corradi Drummond Albuquerque, Bruno Freire de Jesus, Camila Prado Moreira Penna, Carlos Gonzaga Cezario, Carolina Aida Lopes, Izabela de Rezende Coutinho, Leonardo Monteiro do Amaral, Luciana Vieira, Ludmila de Almeida Fanuchi, Maria Emilia Machado da Cunha, Mirella Faranne Sousa Araujo, Monica Botelho Cornelio, Rafael Vittorazze Azola, Romana Costa Luiz de Almeida e Waldelucio da Silva Fernandes.

Defensoras e defensores públicos que não foram contemplados com o sorteio da Esdep e tiverem interesse em participar do Congresso poderão tratar diretamente com o IBDFAM. A inscrição deve ser feita sem gerar o boleto e entrar em contato através do email: varlen.vidal@defensoria.mg.def.br ou pelo telefone: 98465-0128.

Lançamento de obras jurídicas pelo ICP

O Instituto de Ciências Penais realizou live no dia 27 de agosto para o lançamento das obras “Direito Processual Penal Aplicado – 2ª edição ampliada e atualizada” e “20 Anos do Instituto de Ciências Penais – Estudos em homenagem à professora Sheila Jorge Selim de Sales”.

Live sobre a Lei Geral de Proteção de Dados

Na sexta (28/8), no Youtube, especialistas em Direito Digital e Ciência da Informação e do Direito, conversaram e analisaram a Lei Geral de Proteção de Dados.

[Clique aqui para acessar](#)

Curso online “Eleições 2020: Fundamentos do Legislativo Municipal”

A Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) oferece, a partir de 1º de setembro, o curso online “Eleições 2020: Fundamentos do Legislativo Municipal”. Ao todo serão cinco encontros, destinados a tratar de temas diferentes e essenciais para o exercício da vereança.

O público preferencial são os candidatos a vereador (a) nas eleições de 2020. No entanto, o conteúdo é útil também para os cidadãos que queiram conhecer melhor o funcionamento das Casas Legislativas.

O acesso aos conteúdos, totalmente gratuito, sem necessidade de inscrição, será possível pelo canal no Youtube da Escola do Legislativo.

[Acesse aqui o canal do Youtube](#)

[Veja aqui programação das aulas e mais informações sobre o curso.](#)

SRLI/DPA INFORMA

Atualização do modelo de requisição de materiais de consumo

A Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado informa que o modelo de requisição de materiais de consumo foi atualizada e encontra-se disponível na aba "Dir. Patrimônio e Almoxarifado" no menu à direita.

[Acesse aqui a página.](#)

Só serão aceitos pedidos feitos por meio do novo modelo de requisição.

NOTA DE FALECIMENTOS

A Defensoria Pública de Minas Gerais manifesta pesar pelos falecimentos, nessa semana, do defensor público aposentado Sinval de Oliveira Maia e da senhora Maria Helena dos Santos Silva, mãe da funcionária Patrícia Santos Borba. Aos familiares e amigos, nossas sinceras condolências e solidariedade.